

Sexta-feira, 03 de agosto de 2012

Ação contra desconto irregular vai se estender ao Banco Cruzeiro do Sul

Ação Cautelar Inonimada movida pelo Sintego contra os bancos BMG e Bonsucesso será estendida a outra instituição, o Banco Cruzeiro do Sul, devido ao grande número de reclamações de cobrança irregular de contratos renovados sem autorização por essa financeira, relativos ao cartão consignado.

A decisão judicial vem sendo cumprida: o desconto dessas dívidas renovadas sem anuência dos servidores filiados ao sindicato foi suspenso e a entidade segue agora discutindo a ilegalidade da cobrança, no sentido de anular esses contratos. Os trabalhadores que estão nessa situação de endividamento podem, inclusive, pleitear uma indenização contra esses

bancos.

O Sintego orienta seus filiados que têm débitos com as instituições acima a procurarem o Departamento Jurídico do Sindicato e entrarem com ação individual para renegociar suas dívidas, com a taxa de juros do empréstimo consignado, cobrando também a restituição de valores pagos indevidamente.

“Estamos fazendo mais um chamado: todos os trabalhadores em educação que estejam com problema de endividamento e vivendo essa situação, com esses descontos abusivos, procurem o sindicato para suspender essa cobrança e, depois, dialogar com o banco, porque não estamos negando a dívida, mas a forma como ela está sendo cobrada”,

afirmou a presidenta Iêda Leal. “Instituições financeiras estão entrando nos nossos vencimentos, nos lesando e não podemos permitir isso. A Justiça nos ampara”.

Serviço:

Para participarem do programa “Saúde Financeira”, que consiste em orientação jurídica nos casos de endividamento, os servidores filiados ao Sintego - ou que queiram filiar-se - precisam apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de Identidade
- CPF
- Comprovante de endereço
- Três últimos contracheques
- Última fatura do cartão consignado

Fórum de servidores decide na próxima semana nomes para o Ipasgo

As entidades que compõem o Fórum em Defesa dos Serviços e dos Servidores Públicos do Estado de Goiás marcaram para a próxima terça-feira (7) reunião para discutir o posicionamento do governo em rejeitar a lista com os nomes indicados para a gestão do Ipasgo, enviada no início de julho. A reunião será às 9h, na sede da Affêgo. O prazo para a transferência da administração do Instituto aos trabalhadores venceu ontem (31).

Na lista encaminhada, o Fórum indicou os nomes de Antônio Bauer Maciel Batista, para a presidência, e também Norval Barbosa, Jesus Divino Barbosa e Sérgio Goiano, para as demais diretorias, por entender que os cargos importantes e estratégicos do Instituto também devem ser ocupados por pessoas da confiança dos servidores e é necessário que as nomeações sejam feitas em conjunto.

A presidenta do Sintego, Iêda Leal, que participou da reunião do



Fórum, na manhã desta quarta-feira (1), com o secretário de Planejamento, Giuseppe Vecchi, disse que as entidades têm projetos para a administração do Ipasgo, que vão beneficiar os servidores, tanto na Capital, quanto no interior, mas o sindicato vai acatar o que o Fórum decidir, embora discorde do critério imposto para o preenchimento dos cargos de direção do Instituto.

O governo insiste na apresentação de uma lista quádrupla para

escolha do presidente do Ipasgo e, só posteriormente e de forma gradual, sejam definidos os diretores, cujos nomes também deverão ser indicados pelo Fórum.

“Os servidores são os financiadores do Ipasgo, eles é que sofrem com a precariedade dos serviços, então é mais do que justo que a gestão total do Instituto seja repassada na sua totalidade para a eles, não a contagotas, como quer o governo”, pondera Iêda.

INTERIOR

Sintego cobra pagamento do Piso em Caturai

A presidenta do Sintego, professora Iêda Leal, e o coordenador do Confundeb, Omar Roni da Silva, reuniram-se com os trabalhadores em Educação da rede municipal de Caturai e o prefeito Jurandir Ribeiro, na última terça-feira (31) para cobrar o pagamento do Piso Salarial. Desde janeiro, os servidores estão aguardando o reajuste, mas a prefeitura afirma não ter recursos para a adequação do orçamento à lei 11.738/08. “São oito meses de atraso, não podemos esperar mais. O Piso é determinação da lei, que precisa ser cumprida”, declarou a presidenta do Sintego.

Após a intermediação do sindicato, a prefeitura se comprometeu a fazer um estudo na aplica-



ção dos recursos do município para reajustar o salário dos docentes.

Na próxima terça-feira (7), o Sintego irá se reunir novamente com o prefeito, para orientar como deve ser feita essa adequação dos recursos da Educação para alcançar o valor do piso.

Uma comissão foi criada para acompanhar esse trabalho. Entre os componentes estão o coordenador de Departamento do Confundeb no Sintego, os secretários de Educação e Administração do Município, o conselheiro do Confundeb de Caturai e três professoras da rede municipal.

“Queremos que todos os municípios do interior cumpram com o que determina a lei. O piso deve ser aplicado na carreira dos professores e vamos lutar por isso. Não queremos que o município deixe de investir em um setor para pagar o salário dos professores, não é preciso. Os números não mentem. Há recursos, que devem ser melhor aplicados”, ressaltou Iêda Leal.

Sintego recorre ao Ministério Público para garantir salário em Leopoldo de Bulhões



A presidenta do Sintego, Iêda Leal, participou na tarde dessa segunda-feira (30), de audiência no Fórum de Leopoldo de Bulhões em que foi discutido e negociado o pagamento dos salários atrasados de maio e junho dos professores da rede municipal de ensino e a formação do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Confundeb), responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundeb pelas prefeituras municipais.

Intermediada pela promotora Irma Pfirmier Oliveira, a audiência foi solicitada pelo Sintego, após várias tentativas e promessas não cumpridas de quitação dos débitos pelo prefeito Raimundo Nonato Diniz Rodrigues.

Depois de muitas discussões, ficou acordado que as folhas de maio e junho serão quitadas no dia 10 de agosto, e no dia 10 de setembro serão pagas as folhas de julho e agosto.

“O salário é um direito do trabalhador, que cumpriu com as suas obrigações e isso não está sendo cumprido, em Leopoldo de Bulhões. Esperamos que, com o que ficou acertado na audiência, não precisemos mais recorrer ao Ministério Público para ter esse direito respeitado”, afirmou Iêda.

Confundeb

Com relação ao Confundeb, o Sintego denunciou que o Conselho está desativado na cidade e a promotora Irma Pfirmier informou que foi instaurado um inquérito civil público, com pedido de auditoria técnica ao Tribunal de Contas dos Municípios, para apurar possíveis irregularidades na aplicação dos

recursos oriundos do Fundeb, e que encaminhará o processo para análise pericial da Coordenação de Apoio Técnico do Ministério Público Estadual.

Durante a audiência, a professora Márcia Glélia foi indicada para organizar junto à prefeitura a formação do Confundeb em Leopoldo de Bulhões.

“O Sintego vai apoiar e acompanhar todo o processo, por meio do representante dos Confundeb, Omar Roni da Silva. Ele vai se reunir com os envolvidos para orientar e organizar a formação do Conselho em Leopoldo de Bulhões para que a aplicação dos recursos seja fiscalizada por quem é de direito”, declarou a presidenta.

Expediente

Presidenta: Iêda Leal . Secretária de Imprensa e Divulgação: Ugo Giannotti .
 Jornalistas: Nara Serra - GO 1845 JP e Sandy Sousa - GO 1169 JP . Diagramação: Luciana Quixabeira

Sítio: www.sintego.org.br . E-mail: imprensa@sintego.org.br
www.facebook.com/sintego . www.twitter.com/sintego